



## **NARRATIVAS DE SI: O ENLACE DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO PARA RESSIGNIFICAR A INCLUSÃO**

Rosilene da Costa Bezerra Ramos

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: [rosilenerb@hotmail.com](mailto:rosilenerb@hotmail.com)*

Charles Lamartine de Sousa Freitas

*Faculdade Diocesana de Mossoró: [Charles.lamartine@gmail](mailto:Charles.lamartine@gmail)*

José Alexandre Ramos Neto

*Instituto Federal do Rio Grande do Norte: [fpr\\_alexandre@hotmail.com](mailto:fpr_alexandre@hotmail.com)*

Dulcilene Leite de Amorim Moraes

*Senac: [lenaamori@gmail.com](mailto:lenaamori@gmail.com)*

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: [oliveiraaguiarpetro@gmail.com](mailto:oliveiraaguiarpetro@gmail.com)*

**RESUMO:** O presente artigo objetiva discutir acerca das práticas pedagógicas para a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência e narrar experiências formativas de uma educadora como formadora de professores no município de Baraúna – RN. Na construção do estudo utilizou-se a escrita de si como caminho metodológico, fundamentada na metodologia (auto) biográfica. A escrita de si possibilita um repensar sobre dimensões da formação profissional. A motivação pela temática surgiu pela vivência de um importante momento da trajetória profissional e acadêmica de uma educadora, aluna especial na Disciplina Movimentos Sociais e Educação Popular do Programa de Pós- Graduação em Educação oferecido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no ano de 2015. As reflexões construídas na disciplina foram relevantes para a descoberta da narrativa como processo de auto formação. Esta pesquisa alicerça-se em autores que investigam a temática inclusão e autores que dialogam com a abordagem (auto)biográfica como fonte de pesquisa em Educação. A inclusão escolar de pessoas com deficiência tem sido pauta recorrente em discussões e estudos nos vários segmentos da sociedade. Apesar do amparo legal, a educação desses alunos, historicamente, é marcada pela segregação. Somente nas últimas décadas ganha um novo enfoque com o paradigma da Educação Inclusiva, embasado nos princípios da igualdade de direitos, equidade e diversidade. Foi possível através dessa narrativa de vida e do diálogo com os autores, perceber importância de mudanças na concepção de educação e redefinição dos modelos das práticas pedagógicas vigentes em grande parte das escolas brasileiras.

**Palavras-chave:** Inclusão, Práticas Pedagógicas, Narrativas (auto)biográficas.

### **INTRODUÇÃO**

A inclusão escolar de pessoas com deficiência tem sido pauta recorrente em discussões e estudos nos vários segmentos da sociedade. O presente estudo aborda



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

aspectos pertinentes acerca da inclusão na educação. Objetiva trazer para o debate uma discussão acerca das práticas pedagógicas para a efetivação da inclusão de alunos com deficiência na escola regular e narrar experiências formativas vivenciadas por uma educadora como formadora de professores no município de Baraúna – RN.

A construção de sistemas educacionais inclusivos desenvolve-se com avanços, desafios e resistências em nossa sociedade. A Educação Especial nasceu e se desenvolveu com marcas de segregação. No processo histórico a Educação Especial se apresentou em várias situações como uma modalidade para substituir o ensino regular.

Em nosso país, a Constituição Federal de 1988 garante o direito a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, quando assim estabelece o direito à escolarização de toda e qualquer pessoa, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e garantia de atendimento educacional especializado.

Após a Constituição, muitos outros documentos legais foram elaborados para ratificar os serviços dessa modalidade de ensino redimensionando o seu papel, especificando o seu público alvo e sua função. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, reafirma a obrigatoriedade desse atendimento gratuito.

A partir da normatização da educação especial, percebe-se, a política de inclusão em disseminação pelo país, em consonância com os acordos e documentos internacionais em nosso país, estão materializados pelas leis.

A inclusão dos alunos com deficiência, no século XXI, ainda se constitui um grande desafio para os sistemas de ensino em nosso país. Em 2008, o MEC propôs a nova “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, um importante mecanismo para contribuir com o processo de inclusão. Essa política ressignifica os serviços do atendimento educacional especializado e redimensiona o seu público. A partir desta nova política, os alunos avaliados como público alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. (MEC/SEEP, 2008).

Conforme os princípios desta política, o serviço do atendimento educacional especializado visa complementar ou suplementar com serviços educacionais inseridos no projeto político-pedagógico da escola e propiciar avanços no processo de inclusão escolar. A organização de sistemas inclusivos exige ações além das leis, requer uma reestruturação da prática e de políticas vivenciadas nas escolas, para estas responderem à diversidade..



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

As observações e reflexões, ao longo da experiência acadêmica e profissional da educadora, inspiraram o tema deste estudo. Na atuação docente com alunos com deficiência, como colaboradora na construção de um espaço democrático onde todos os alunos possam alcançar os mais elevados níveis de ensino, a necessidade de novos saberes ou ampliação de conhecimentos que contribuam para uma mudança nas práticas pedagógicas vigentes, justifica a relevância de um estudo dessa natureza.

Refletir sobre as práticas pedagógicas, investigar se são conduzidas por concepções que fundamentam a realização de um trabalho educativo embasado nos princípios da educação inclusiva, será importante para a compreensão da Educação Especial como ferramenta de colaboração para um mundo em constante transformação e aberto à diversidade.

## **METODOLOGIA**

Para a construção deste estudo de natureza qualitativa, utilizou-se a escrita de si como caminho metodológico, fundamentada na metodologia (auto) biográfica. As análises desenvolvidas tiveram como suporte teórico-metodológico a abordagem (auto)biográfica em autores como JOSSO, 2010 e MEDEIROS, 2013; PASSEGI, 2003; SOUZA, 2006). Para o embasamento teórico, além dos autores citados, foi imprescindível a análise de documentos legais e a leitura de autores que investigam a inclusão.

Os estudos recorrentes às narrativas de histórias e a utilização do método (auto) biográfico demonstram, nas últimas décadas, um crescimento em diversas áreas do conhecimento, sobretudo, no contexto educacional, conforme nos apontam Souza (2006), Passegi(2010) e outros defensores da abordagem (auto)biográfica como fonte para pesquisa em Educação.

Os primeiros estudos que envolvem o método (auto)biográfico, como método de investigação aconteceram na área das Ciências Sociais. A Escola de Chicago foi uma das primeiras instituições a adotar esse tipo de abordagem nas pesquisas tendo como incentivadores dessas investigações Robert Park e Willian Isaac Thomas, ambos mestres da Escola de Chicago.

No Brasil, na área da Educação, a pesquisa (auto)biográfica surge por volta da década de 1990, adotando as histórias de vida, como método (auto)biográfico e as



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

narrativas de formação como movimento de investigação-formação, tanto na formação inicial quanto na continuada, centrando-se nas memórias e trajetórias de vida de professores.

O trabalho com o método (auto) biográfico possibilita um exercício de escuta, uma ação na qual o sujeito da pesquisa escuta suas próprias experiências e analisa suas ações e age sobre elas com intuito de mediar à construção de um conhecimento significativo para si e para o outro.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A inclusão educacional é um movimento mundial em defesa ao direito de todos os alunos compartilharem juntos os mesmos espaços de aprendizagem, sem qualquer tipo de discriminação.

Para Mantoan (2006, p. 40).

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas – especialmente as de nível básico- ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2006, p. 40).

Na história da educação, constata-se o surgimento da Educação Especial e o seu desenvolvimento carregada de marcas de segregação. No século XVIII, quando nasce a educação especial, a busca pela organização de serviços educacionais para as pessoas com deficiência representou importante fator histórico na educação dessas pessoas, mas o enfoque das medidas educacionais baseava-se na concepção médica e clínica, com o objetivo de recuperação da pessoa com deficiência.

Na década de 1990, o movimento da inclusão escolar sofreu forte impacto, sobretudo a partir dos acordos internacionais como a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, com o objetivo de discutir o direito universal de todos os cidadãos a uma educação de qualidade e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em junho de 1994 em Salamanca, na Espanha.

Os movimentos internacionais e documentos na busca de garantir a educação para todos tiveram repercussão no Brasil. Portanto, no



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

cenário brasileiro a educação inclusiva é recente. Conforme Laplane (2006, p. 703), “Com a promulgação da Constituição Federal, é oficializado um dos princípios inclusivos: o de que os portadores de deficiências devem ser educados preferencialmente na rede regular de ensino”.

Esses documentos repercutiram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Em seu capítulo V, aborda as disposições gerais sobre a Educação Especial. Seu artigo 58 define a educação especial como “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”. No artigo 59, inciso I a Lei afirma que os “sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educacionais e organização específica para o atendimento às suas necessidades especiais”.

A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), tem como objetivo: o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. O documento afirma a intenção, na perspectiva da inclusão escolar, de a educação integrar a proposta pedagógica da escola regular, com participação, aprendizagem e continuidade desses alunos, nos níveis mais elevados do ensino: desde a educação infantil ao ensino superior e oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Na década atual, reflexo do momento histórico, da luta dos movimentos mundiais que ganharam força nos últimos anos, encontra-se em vigor a Lei 13.146, a LBI- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esta com base na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, destaca em seu artigo 27, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais.

Contudo, há um enorme distanciamento entre a garantia de acesso prevista em nossa legislação, considerada uma das mais avançadas entre as nações democráticas, e as práticas de fato existentes no ambiente escolar, quanto a garantia da participação ativa desses alunos no processo educativo como protagonistas e sujeitos capazes de aprender.

O Ministério da Educação reconhece – “inclusão não significa simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

necessidades específicas, mas significa dar ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica”. (BRASIL, 1998, p. 98). A falta desse entendimento é considerada por alguns autores da área uma enorme barreira ao paradigma da Educação Inclusiva nas escolas brasileiras. Melero (2008) chama atenção para as barreiras didáticas, as práticas pedagógicas arraigadas na concepção tradicional de educação, nas quais há o predomínio de práticas educacionais homogeneizantes, centradas no professor, classificatórias e excludentes. Estas envolvem metodologias, objetivos, formas de avaliação e concretizam uma concepção de educação que a fundamentam.

Para Mantoan e Batista (2007, p.18):

Modificar essas práticas discriminatórias é um verdadeiro desafio, que implica em investigações na forma de o professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e aprendizagem. Elas exigem a negação do caráter padronizador da aprendizagem e eliminam todas as demais características das escolas comuns, que adotam propostas pedagógicas conservadoras. (MANTOAN e BATISTA, 2007, p. 18).

Pelo exposto, vê-se que não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois a mudança requer atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a mudança de posturas a redefinição de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. As estratégias e argumentos pelos quais a escolas resistem à inclusão refletem a incapacidade de sua atuação diante da diversidade.

Figueiredo (2010, p. 37) ao analisar os dados de sua pesquisa sobre o processo de investigação de mudança de práticas pedagógicas no contexto da inclusão, apresenta posicionamento semelhante ao defender que na escola que se organiza respeitando a diferença, um fator preponderante à aprendizagem de todos é a prática pedagógica garantir a participação plena dos alunos em todo o processo educativo.

Batista e Mantoan (2007, p. 16) apontam a necessidade urgente de transformação da escola: “considerar a aprendizagem e a construção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual e intransferível do aprendiz, que não cabe em padrões e modelos idealizados”.

As autoras exemplificam as atividades que devem fazer parte de uma prática pedagógica que encaminhem o educando num processo reflexivo na construção do seu conhecimento e emancipação intelectual. Atividades abertas, desafiadoras, diversificadas e que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão. Os indivíduos constroem



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

níveis superiores de pensamento através seu pensar. Por isso, quanto mais os educandos pensam de maneira ativa, maior é o seu desenvolvimento moral e intelectual.

Batista e Mantoan (2007), Fávero (2007), Oliveira e Leite (2007), apontam para a necessidade da desconstrução das práticas pedagógicas vigentes em grande das escolas brasileiras, pautadas em um ensino mecânico, vazio de sentido, onde imperam os exercícios estéreis, que mais favorecem a formação de sujeitos heterônomos e passivos.

O ato de aprender envolve o ato de compreender, de dar sentido. Portanto, os alunos devem ser encorajados a refletir, eles próprios, sobre seus saberes e atitudes, desafiados a pensar, discutir, raciocinar, encaminhados num processo de busca e construção da autonomia intelectual. Isso impulsiona a reformulação das práticas pedagógicas, de modo a abrir-se para a diversidade e atender a todos. Nesse ponto a educação comum e a educação especial convergem na busca de condições favoráveis e necessárias para o desenvolvimento de todos os alunos que precisam da escola.

Sobre as práticas pedagógicas inclusivas, compreendeu-se que o processo educacional inclusivo evidencia “uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula” (Mantoan, 2006, p. 20). A escola urge transformar-se em um ambiente de participação plena dos educandos e respeito às diferenças, onde todos são capazes de aprender. “E o professor pode ampliar as possibilidades do aluno a partir de diferentes propostas didáticas as quais ele pode organizar no desenvolvimento das práticas pedagógicas”. (Figueiredo, 2010, p. 38).

## **O PERCURSO DA CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL E O DESAFIO DA INCLUSÃO**

Evocar a memória da experiência vivida para a prática da educadora na formação de professores impulsiona provocações que podem redimensionar e transformar o seu fazer pedagógico, ao mesmo tempo em que possibilita a condição de ser ator e autor da própria história. A escrita autobiográfica permite uma reflexão profunda a respeito da pratica de cada um (MEDEIROS, 2013). Cabe ressaltar que escrever sobre suas histórias de vida, refletir acerca dos sentimentos, fatos e demais elementos, se constitui um processo complexo. PASSEGGI (2003, p. 33 e 34) corrobora com nosso posicionamento quando assim se expressa:



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Expor, para o outro e por escrito, as histórias que contamos sobre nós mesmos e a nós mesmos, em nosso discurso interior, não é tarefa fácil. Criamos em função da finalidade da escrita. É essa finalidade que direciona o narrador a dar forma e sentido ao que antes não tinha. Assume-se o risco de colocar em jogo nessa tarefa a imagem de si para o outro e a imagem de si para si mesmo. (PASSEGI, 2003, p. 34)

Na trajetória profissional, no que diz respeito a inclusão, um destaque especial: a prática desenvolvida como formadora de professores na secretaria municipal de educação do município de Baraúna-RN. Vivência marcante e significativa na elaboração do saber prático-teórico da educadora na formação de professores. Nesse contexto, pontua a relevância em participar no ano de 2004 do Seminário de Educação Inclusiva, no contexto do Programa Educação inclusiva: direito à diversidade.

Promovido pela Secretaria de Educação Especial — SEESP — do Ministério da Educação — MEC, o programa tinha objetivo formar e acompanhar os docentes dos municípios-polo para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas salas de aula. Uma de suas principais era disseminar a política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e apoiar a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

A nova realidade assinalou a necessidade de se desenvolver no município de Baraúna- RN, uma formação continuada para os professores do município. Segundo as diretrizes do Programa Educação inclusiva: direito à diversidade, com os mesmos objetivos, numa ação multiplicadora, cada município-polo deveria organizar cursos regionais com os representantes dos municípios de sua área de abrangência e os municípios, por sua vez disseminar a formação com os seus professores.

A experiência com o projeto de formação do programa o fez despertar à necessidade de continuidade do imperativo da qualificação permanente. No ano de 2008, a educadora participou como aluna do curso de Formação Continuada de Professores em Atendimento Educacional Especializado – Educação Especial, promovido pela Universidade federal do Ceará. O que possibilitou em 2010, a realização do 1º Seminário de Inclusão: Educação inclusiva: direito à diversidade, no município de Baraúna.

A alegria da educadora de acolher e ser acolhida por um grupo de educadores na discussão e partilha de experiências sobre a inclusão escolar, propiciou a compreensão de que a sua trajetória como educadora foi se tecendo em sonhos e, que em comunhão com o grupo, foi construindo a sua identidade docente efetivamente construída na prática e em



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

um espaço de formação continuada, com educadores que vivenciavam e propunham percursos dialógicos, respeito ao saber do outro e a construção coletiva do conhecimento.

Os estudos propostos na formação continuada com os professores da rede municipal de Baraúna/RN, promoviam reflexões acerca das mudanças exigidas pelo paradigma da educação inclusiva: o rompimento com o modelo de educação que segrega e não respeita a diversidade humana.

Como profissional atuando diretamente com a formação de professores, a educadora procurou desenvolver uma prática pedagógica condizente com os princípios inclusivos, voltados para o desenvolvimento autonomia dos sujeitos, e assim, foi desvelando as dimensões formativas em sua profissão.

Segundo Josso (2010), as experiências de que falam as recordações referenciais constitutivas das narrativas de formação contam não o que a vida lhes ensinou, mas o que se aprendeu experiencialmente nas circunstâncias da vida. É na trajetória de formação profissional que a identidade docente se constitui ou se transforma.

## **CONCLUSÕES**

As reflexões tecidas neste artigo, a partir da narrativa de vida e do diálogo com os autores, possibilitaram perceber o desafio posto em relação a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência: mudanças paradigmáticas na concepção de educação e redefinição dos modelos das práticas pedagógicas vigentes em grande parte das escolas brasileiras. Práticas inadequadas e ineficazes, homogeneizantes, sustentadas por um modelo de tradição conteudista, de instrução e transmissão de conhecimentos.

Com base nas análises dos autores e documentos normativos em relação a proposta de uma abordagem inclusiva, é possível perceber avanços consideráveis no campo da legislação. Contudo, ainda se testemunha um enorme distanciamento entre a garantia de acesso, prevista em nossa legislação, proposições teóricas, e o que de fato acontece na realidade das escolas brasileiras.

As escolas com suas práticas pedagógicas e projetos padronizados legitimam a discriminação e negam a diversidade. Para se trabalhar com a diversidade no contexto educacional é preciso considerar a singularidade de cada, ampliar os objetivos propostos para o ensino, modificar a metodologia e romper o paradigma excludente. Sobretudo,



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

pensar em ações que promovam a aprendizagem significativa e possibilitem o desenvolvimento do potencial de todos os alunos.

O exercício da escrita das narrativas das experiências dos momentos vivenciados na trajetória da vida profissional da educadora possibilitou um novo olhar que permitiu o redimensionar da inclusão, considerando, sobretudo, que a investigação e a formação são caminhos em que teremos de continuar a investir.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Constituição**: república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN**, nº 9.394/96. Brasília, DF, Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146. **Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>

DE VITTA, F. C. F.; DE VITTA, A.; MONTEIRO, A. S. R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 415-428, set/dez, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado-Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FIGUEIREDO, R. V. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 32-38, jul/dez, 2010.

JOSSO, Marie-Chistine. **Experiência de vida e formação**. São Paulo: Paulus, 2010.

KASSAR, M. C. M. Integração/Inclusão: desafios e contradições. In: BAPTISTA & BEYER. (org). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

LAPLANE, A. L. F. de. **Uma análise das condições para a implantação de Políticas de Educação Inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27., n. 96 – Especial, p. 689 – 715, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 set. 2015

LAZZERI, C. **Educação inclusiva para alunos com autismo e psicose: das políticas educacionais ao sistema de ensino**. 2010. 111 f. Dissertação ( Mestrado em Educação).



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: < [www.int.gov.br](http://www.int.gov.br)>. Acesso em: 02 jan. 2016.

LAZZERI, C. **Educação inclusiva para alunos com autismo e psicose: das políticas educacionais ao sistema de ensino**. 2010. 111 f. Dissertação ( Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: < [www.int.gov.br](http://www.int.gov.br)>. Acesso em: 02 jan. 2016.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente na Escola**. In: David Rodrigues (Org). **Inclusão: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**, São Paulo: Summus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo:: Moderna, 2006.

\_\_\_\_\_. Educação inclusiva – orientações pedagógicas. In: FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica**. Brasília, DF: SEESP/SEED/MEC. 2007.

MEDEIROS, Emerson Augusto de. **Do Campo à Universidade: histórias, saberes, experiências, fazeres e a formação no Curso de Licenciatura Pedagogia da Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mossoró, 2013.

MELERO, Miguel López. Es posible contruir uma escuela sin exclusiones? **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília-SP, v, 14 n. 1, p. 3-20, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

MASSETTO, M.T. 2003. **Competência pedagógica do professor universitário**, São Paulo, summus editorial.

NOZU, Washington César Shorti. **Educação inclusiva: (Re) pensando políticas e práticas**. Mato Grosso do Sul, [2009?]. Disponível em: [www.faac.unesp.br/direitos\\_humanos/Anais\\_III\\_Encontro/arquivo/trab/pdf](http://www.faac.unesp.br/direitos_humanos/Anais_III_Encontro/arquivo/trab/pdf). Acesso em: 05 jul. 2015.

OLIVEIRA, A. A. S. de; LEITE, L. P. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n. 57, p. 511-524, out/dez.2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Representações sociais da escrita: uma abordagem processual. In: CARVALHO, Maria do Rosário de.; PASSEGGI, Maria da Conceição.; SOBRINHO, Moisés Domingos (Orgs.). **Representações sociais. Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque/ Fundação Vingt- un rosado**, 2003

\_\_\_\_\_. Maria da Conceição. Narrativa autobiográfica: uma prática reflexiva na formação docente. **COLÓQUIO NACIONAL DA AFIRSE**, Brasília: Anais. UnB, 2003.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

\_\_\_\_\_. Maria da Conceição. A formação do formador na abordagem autobiográfica. A experiência dos memoriais de formação. In: SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.). **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPURS, 2006, v. , p. 203-218.

SAMPAIO, C. E. M. **Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos**. Brasília: INEP, 2009.